



---

## Do registro à documentação pedagógica: possibilidades e necessidades docentes

### From registration to pedagogical documentation: teaching possibilities and necessities

### Desde el registro hasta la documentación pedagógica: posibilidades y necesidades de enseñanza

Giovana Alonso<sup>1</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-3594-2466>

Renata Aparecida Drape<sup>2</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-1535-507X>

Cleonice Maria Tomazzetti<sup>3</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-1976-4604>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo tecer um debate teórico a respeito das práticas avaliativas na Educação Infantil. Para tanto, realiza a exposição pormenorizada dos ditames da Documentação Pedagógica na Educação Infantil e o modo como esta se desdobra com vistas à escuta da criança em suas múltiplas linguagens. Alocamos o duplo sentido da Documentação Pedagógica, qual seja, o da avaliação na Educação Infantil, na medida em que enxergamos a possibilidade de ouvir as crianças e de garantir seus direitos por meio de diferentes recursos que captam suas vozes e seus olhares, e o viés da formação docente, visto que o professor não realiza apenas a documentação pedagógica, mas também a utiliza para refletir sobre suas próprias práticas. Para tal, realiza-se o balanço do tema da avaliação no campo da Educação Infantil e o modo como ele vem sendo abordado por diferentes pesquisadores inscritos em seu interior, bem como apresentamos o curso de formação de professoras(es) formulado e ministrado pelas autoras, conferindo visibilidade ao modo como a mudança de práticas e a transformação de rotinas tornam-se pertinente ao processo de ensinar e aprender por meio de experiências e ao fato de que as crianças possuem diferentes e muitas linguagens para se expressar.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. Professora da Educação Básica - Ensino Fundamental. E-mail: [gyovanaalonso@hotmail.com](mailto:gyovanaalonso@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Professora de Educação Infantil. Prefeitura Municipal de São Carlos. E-mail: [renata.drape@professor.saocarlos.sp.gov.br](mailto:renata.drape@professor.saocarlos.sp.gov.br)

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [cleoufscar@gmail.com](mailto:cleoufscar@gmail.com)

**Palavras-chave:** Documentação Pedagógica. Avaliação. Educação Infantil.

**Abstract:** This article aims to outline a theoretical debate about evaluative practices in Early Childhood Education. For this purpose, it presents a detailed exposition of the dictates from Pedagogical Documentation in Early Childhood Education and the way it unfolds itself, with a view of listening to the child on its multiple languages. We allocate the double meaning of Pedagogical Documentation, namely that of evaluation in Early Childhood Education, as we see the possibility of listening to children and guaranteeing their rights through different resources that capture their voices and their looks, and the bias teacher education, since the teacher does not only carry out pedagogical documentation, but also uses it to reflect on his own practices. To this end, the assessment theme in the field of Early Childhood Education is assessed and the way in which it has been approached by different researchers enrolled within it, as well as, we present the teacher training course formulated and taught by the authors, giving visibility to the way in which changing practices and transforming routines become relevant to the process of teaching and learning through experiences and the fact that children have different and many languages to express themselves.

**Keywords:** Pedagogical Documentation. Evaluation. Child education.

**Resumen:** Este artículo pretende tejer un debate teórico sobre las prácticas de evaluación en la Educación Infantil. Para lograrlo, presenta con detalle los dictados de la Documentación Pedagógica en la Educación Infantil y su desarrollo, con el fin de escuchar al niño en sus múltiples lenguajes. Asignamos el doble sentido de la Documentación Pedagógica, es decir, el de la evaluación en la Educación Inicial, en la medida en que vemos la posibilidad de escuchar a los niños y garantizar sus derechos a través de diferentes recursos que captan sus voces y sus miradas, y el sesgo de la formación docente, ya que el maestro no sólo realiza la documentación pedagógica, sino que la utiliza para reflexionar sobre sus propias prácticas. Para ello, se hace un balance del tema de la evaluación en el ámbito de la Educación Infantil y de la forma en que ha sido abordado por diferentes investigadores inscritos en ella. También presentamos el curso de formación docente formulado e impartido por los autores, dando visibilidad a la forma en que el cambio de prácticas y el cambio de rutinas se hacen pertinentes al proceso de enseñanza y aprendizaje a través de las experiencias y el hecho de que los niños tienen diferentes y muchos lenguajes para expresarse.

**Palabras-clave:** Documentación Pedagógica. Evaluación. Educación Infantil.

## **Introdução**

Este artigo tem por objetivo tecer um debate teórico a respeito das práticas avaliativas na Educação Infantil. Ele está construído com base nas discussões teóricas presentes no campo da Educação Infantil sobre o tema da avaliação assim como no campo teórico dos Estudos da Infância, para o qual a criança é um sujeito histórico e de direitos e a infância uma construção social, portanto, plural e complexa. Ainda que teórico, o presente texto realiza articulações com a prática pedagógica vivenciada pelas autoras no contexto de suas docências, bem como do curso de formação de professoras em que ambas estiveram presentes como formadoras.

O tema da avaliação na Educação Infantil é suscitado no trabalho de diferentes pesquisadores dessa área e incluído na agenda de debates de diversos eventos e conferências realizadas no interior deste campo. Questionamentos tais como: De fato, há avaliação na Educação Infantil? Como avaliar? Quais instrumentos utilizar para avaliar o desenvolvimento integral das crianças? É possível avaliar comportamentos? Todos estes questionamentos passam, necessariamente, por um questionamento inicial, qual seja, o que é avaliar na Educação Infantil? Procuramos respondê-lo ao longo deste texto indicando e auxiliando a compreensão de que a avaliação na Educação Infantil é inerente a um processo

mais amplo de acompanhamento das crianças, individualmente ou em grupos, e das próprias práticas pedagógicas docentes. Caminhamos à compreensão de que as crianças, na Educação Infantil, indicam aos professores por meio de suas ações e experiências cotidianas o modo como aprendem, como descobrem e o modo como vivenciam experiências. Seus professores, por outro lado, quando se colocam numa atitude de observação, reflexão e registro constante, são capazes de captar processos e aprimorar suas próprias práticas na medida em que realizam seus planejamentos com base no que indicam as próprias crianças. Nesta perspectiva, os professores e professoras da Educação Infantil são expostos a um contexto de formação constante na medida em que são incitados a olhar para a própria prática, de refletir sobre ela e se permitem, principalmente, pensar outros caminhos para seguir com as crianças e planejar, propor e experimentar junto com elas suas atividades.

Assim, num primeiro momento do texto, discutem-se as bases legais da Educação Infantil e o modo como ela se estrutura no país, construindo teoricamente a noção de avaliação tal como proposta nos documentos oficiais assim como nos trabalhos de Luckesi (2002) e Hoffmann (2012). Dando sequência à proposta, se apresenta a concepção de Documentação Pedagógica (MARQUES, 2011, 2015; MELLO, 2017; OSTETTO, 2008, RINALDI, 2016) com a qual tem-se trabalhado e o modo como ela se relaciona com a visão de infância na qual as crianças são respeitadas e ouvidas nas instituições de Educação Infantil, assim como este instrumento tem sido utilizado nos contextos educativos. Por fim, são tecidas algumas contribuições ao final e apresentadas, por meio da explanação de um curso de formação ministrado pelas autoras a professoras(res), alguns indicativos do modo como a Documentação Pedagógica tem se demonstrado profícua à formação de professores, na qual docentes mudam o olhar não só para a educação e para a própria prática, como também alteram o modo como veem as crianças, as infâncias e a Educação Infantil como um todo.

“A criança é feita de cem. A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar. Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar. Cem alegrias para cantar e compreender” (MALAGUZZI, 1999, p. 5). São cem? Onde elas estão? Nosso ponto de partida é descobrir.

### **Da infância à avaliação na Educação Infantil**

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como objetivo central o desenvolvimento integral da criança, o contato destas com as diferentes linguagens por meio de interações e brincadeiras em práticas pedagógicas que visam o cuidar e o educar (BRASIL, 1996). Toda prática pedagógica docente pauta-se em uma concepção de criança, de processo de ensino e aprendizagem, e de desenvolvimento infantil, concepções essas que influenciam o ato de avaliar.

Assim, se pode dizer que existe uma inter-relação entre as concepções de criança, de processo de ensino-aprendizado e de desenvolvimento infantil com a concepção de avaliação e seu desdobramento na efetiva prática avaliativa.

No contexto da Educação Infantil, a criança é vista como sujeito ativo na construção de seu conhecimento cujo desenvolvimento ocorre por meio das interações que estabelece com adultos e crianças conjuntamente às práticas cotidianas a ela disponibilizadas. O Parecer nº20/2009 e a Resolução nº5/2009, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, concebem a criança como

(...) centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, s/p).

Ao adotarmos tal concepção de criança o papel do professor deve ser repensado, pois o mesmo deixa de ser aquele que detém o conhecimento a ser transmitido aos alunos. Dessa forma, é preciso que ocorra uma transformação na prática pedagógica docente que deve pautar-se na organização dos contextos muito mais do que nos estímulos dirigidos de forma excessiva às crianças, tendendo a levá-las a um determinado resultado, moldando-as e estabelecendo limites às suas diferentes formas de expressão.

Segundo Tognetti (2017), essa concepção de criança requer que o docente renuncie ser o centro das práticas pedagógicas e docentes, com vistas a experimentações compartilhadas com as próprias crianças por meio de contextos que possibilitem relações mais horizontais destas com seus adultos educadores. Nesse sentido, ao repensar o seu papel e assumir a dimensão do protagonismo infantil nas práticas pedagógicas, o docente deve também repensar qual o significado da avaliação nesta etapa educacional.

Ao ser abordado o tema da avaliação na educação infantil é preciso considerar que este se apresenta em uma gama considerável de concepções que se desdobram em diferentes práticas, as quais, infelizmente, acabaram por se inspirarem nos modelos do ensino fundamental, inclusive em seus pressupostos e práticas avaliativas. Em contrapartida, a avaliação na educação infantil requer atenção e compreensão que considerem as especificidades estruturais dessa etapa educacional, de modo que as práticas avaliativas tradicionais sejam superadas.

Conforme apontam Luckesi (2002) e Hoffmann (2012), uma prática a ser superada é a avaliação cujo foco é o resultado, as metas, os parâmetros mais gerais do desenvolvimento e das habilidades de cada aluno em questão. A avaliação classificatória na Educação Infantil, em muitos casos, se apresenta sob a forma de registros dos comportamentos das crianças tendo como parâmetro escalas

comparativas que distinguem as crianças em suas conquistas indicadas como  *muito bom, fraco, apto*, entre outras. Assim, a avaliação acaba sendo uma análise a expressar o desempenho em *atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu*, ou *muitas vezes, poucas vezes, bom*, como expressão artificial do desenvolvimento infantil sem considerar a perspectiva da criança.

A avaliação, apesar de ser inerente ao processo educativo, não deve ser o centro das atividades pedagógicas nem tampouco pautar-se apenas nos resultados, como já dito anteriormente, visto que o objetivo da avaliação é acompanhar o desenvolvimento da criança e não a medir, classificá-la e compará-la. Hoffmann (2012) a este respeito indica que,

A avaliação não se destina a explicar o grau de aprendizagem, mas, essencialmente, subsidiar o professor e a escolha no sentido da melhor compreensão dos limites e possibilidades dos alunos e de ações subsequentes para favorecer o desenvolvimento (p. 22).

Nesta perspectiva, a avaliação resgata o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil e da reflexão permanente acerca da criança e seu cotidiano. Segundo Hoffmann (2009) e Kramer (2015), buscar significado para a avaliação requer estudar as concepções de educação infantil, das teorias do desenvolvimento e das abordagens do processo educativo que delas se originam, uma vez que tais concepções influenciam o tipo de avaliação que conduzirá o trabalho docente. Para as autoras, é necessário ressignificar a ação avaliativa objetivando a superação da prática da avaliação classificatória na qual os comportamentos das crianças são registrados por meio de escalas comparativas e por estágios dos modelos psicologizantes. Nesse sentido, ainda conforme Hoffmann (2009, p. 94), as alterações nos registros de avaliação “exigem do professor a reflexão sobre o significado da prática educativa. É preciso encontrar, pela reflexão sobre o significado dessa ação, fundamentos para torná-los representativos do que se persegue”.

Assim sendo, quando a criança é concebida como sujeito ativo que participa da construção do seu próprio conhecimento, a avaliação não pode ter como foco os resultados, mas sim os processos que ocorrem nas vivências e experimentações proporcionadas às crianças no contexto educativo. A avaliação na educação infantil deve pautar-se, então, na observação e no uso de múltiplos registros (das crianças e dos adultos) e, tal documentação deve servir como fonte de dados para a reflexão (individual e coletiva) e para a tomada de decisão.

De acordo com a LDBEN, artigo 31, inciso I, a avaliação na educação infantil deve ocorrer “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). Já o inciso V prevê a “expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”, complementarmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) preveem que:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II – a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2009, s/p).

Tais documentos apontam a observação das atividades, brincadeiras e interações das crianças e o respectivo registro por diferentes instrumentos a fim de considerar a criança em sua integralidade de forma que o foco não recaia sobre os resultados, mas no processo de construção de conhecimento pela criança. Isto viabiliza a reflexão do docente acerca desse processo para tomar decisões e realizar a necessária mediação. O respeito à integralidade da criança também é distinto ao se propor a não retenção nesta etapa educacional, bem como quando se pensa na continuidade dos processos de aprendizagem e da participação da família.

Assim, a avaliação na educação infantil deve apresentar caráter investigativo e mediador com vistas ao acompanhamento e a promoção de diferentes olhares para o desenvolvimento de cada criança, no sentido de apoiá-la na superação de desafios, na organização de tempos e na construção de espaços para a promoção de suas experiências. Segundo Hoffmann (2012, p. 25), “a avaliação mediadora se opõe à observação da criança fragmentada, em pequenas fatias por meio de áreas (afetiva, cognitiva, psicomotora, etc) visto que as áreas estão intrinsecamente ligadas”.

Nesse contexto, a avaliação na educação infantil deve ocorrer em três momentos distintos, mas interligados: a observação constante e permanente das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; o registro diversificado que pode ocorrer por meio de relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros; e, a reflexão sobre as ações, interações, pensamento e desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, a avaliação passa a constituir-se em um instrumento que embasa e acompanha o desenvolvimento e a aprendizagem infantil, e provoca o repensar do educador sobre sua própria prática pedagógica na busca de melhores caminhos para o seu fazer pedagógico e para a mediação das aprendizagens infantis. Essas três dimensões da avaliação também estão presentes na abordagem educativa de Reggio Emilia, recebendo nesta a denominação de “Documentação Pedagógica”.

A Documentação Pedagógica também pode ser utilizada para avaliar e, avaliar, segundo a perspectiva italiana, é atribuir valor. De acordo com Rinaldi (2016), ao escolher documentar uma

determinada experiência, o docente está valorizando-a, tornando-a objeto da avaliação, dessa maneira, não há como documentar sem avaliar. Ainda segundo Rinaldi (2016), a avaliação assim como a documentação é parte integrante do processo de aprendizagem, ao passo que o professor se conscientiza das suas escolhas e dos seus valores; portanto, a documentação não apresenta apenas experiências, mas “coisas” que o(s) docente(s) avalia(ram) e valoriza(ram) como algo importante.

Assim, Documentação Pedagógica é narração, explicação de processos, situações e experiências escolhidas pela professora e que acontecem durante o processo de ensino e aprendizagem, e não ao final da experiência. É o ato de documentar que ajuda na compreensão de como a criança está construindo seu conhecimento, tornando visíveis as estratégias cognitivas utilizadas. Dessa forma, essa perspectiva de Documentação Pedagógica implica em um processo de avaliação no qual o estudo contínuo da criança é necessário, de modo que, por meio desse processo seja possível entender suas hipóteses, seu processo de lógica, e com isso também torna-se possível pensar em formas de desafiá-la, de fazê-la avançar em suas hipóteses muitas vezes feitas a partir do senso comum para explicações pautadas em conhecimentos já sistematizados.

### **Quebrando paradigmas: a documentação pedagógica como instrumento de reflexão**

Considerando que a avaliação na Educação Infantil deve ocorrer por meio da observação, do registro e da reflexão, podemos dizer que ao nos debruçarmos sobre tais aspectos da prática docente, se estabelece a aproximação da concepção de Documentação Pedagógica. Contudo, apesar de tal aproximação, é preciso salientar que outros aspectos e outros elementos deste processo precisam ser evidenciados, assim como a consideração de que a Documentação Pedagógica, além de proporcionar momentos avaliativos também possui caráter comunicativo, formativo e participativo, assumindo, portanto, uma perspectiva democrática.

Segundo Mello, Barbosa e Faria (2017), Malaguzzi elaborou diversas estratégias políticas e pedagógicas, dentre elas a Documentação Pedagógica que surgiu da sugestão do pedagogo às professoras para que elaborassem um diário para anotar e refletir sobre os acontecimentos cotidianos, ou seja, documentar o processo e os resultados do seu trabalho com as crianças, sendo seu objetivo que pudessem “conversar e discutir sobre estes escritos com ele e outros colegas no momento da formação” (MELLO, BARBOSA e FARIA, 2017, p. 09 ).

Para Malaguzzi (2016), a Documentação Pedagógica representa uma forma de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido nas instituições de educação infantil e à criança enquanto pessoa e ser pensante. Ela também torna visível à comunidade a identidade da escola por meio das histórias de evolução individual ou coletiva. Ainda de acordo com Edwards, Gandini e Forman (2016), a documentação pedagógica apresenta três funções: i) estabelecer a interlocução entre a escola e os

professores, e a família e a comunidade, como forma de fazer conhecido o trabalho realizado na escola bem como sua relevância; ii) oferecer às crianças, suas famílias e demais profissionais da educação, memórias da vida individual e coletiva de cada criança para que sirvam de ponto de partida para os próximos passos nas aprendizagens; e, iii) constituir acervo pedagógico para acompanhamento e reflexão sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças e base para a ressignificação e avaliação das práticas educativas. Pode-se dizer que esta terceira função da documentação pedagógica apresentada por estes autores diz respeito à avaliação.

A Documentação Pedagógica pode ser compreendida, assim, como sistematização do trabalho pedagógico tornando-o visível ao diálogo, interpretação e transformação; é uma forma de produção de memória das experiências vividas pelas crianças e pelos adultos nas instituições de educação infantil. Segundo Altimir (2017, p. 60), a documentação “é toda a coleção de imagens, histórias, desenhos, palavras, ideias e produções das crianças e adultos, surgidos a partir da vida da escola, que são organizados para poder dar uma mensagem a um leitor”. Dessa forma, documentar solicita ao professor que utilize diferentes instrumentos para registrar os acontecimentos, fatos, falas das crianças, suas interações, enfim, tudo aquilo que o professor julgar relevante.

Nesse sentido, Davoli (2017) apresenta a ideia de que documentar é recolher um grande volume de materiais, notas, fotografias, gravações para serem compilados, interligados e interpretados, sempre relacionando a teoria com a prática para que se possa construir conhecimentos novos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, acompanhando-os. É possível aqui, encontrar conexões com o previsto no texto oficial das DCNEI para a avaliação na educação infantil acerca da utilização de múltiplos registros a serem realizados por adultos e crianças, podendo ser relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.

Também é possível afirmar que o registro por si só não é documentação pedagógica, visto que um registro isolado como, por exemplo, um desenho de uma criança ou a narrativa de um acontecimento, não é suficiente para que possamos acompanhar de fato a construção do conhecimento pela criança, tampouco seu desenvolvimento. O(s) registro(s) se torna(m) documentação quando organizado(s) em torno de um objetivo e, neste sentido, o registro é intencional e implica na seleção de um foco e intenções explicitados pelo professor individualmente ou pelo grupo de professores. Portanto, documentar é escolher e explicar os momentos de maior importância de um projeto, não podendo limitar-se a fatos individuais, mas relacionados a episódios significativos do cotidiano na Educação Infantil (MARQUES, 2015).

Cabe esclarecer ainda que, de acordo com a abordagem italiana, a Documentação Pedagógica refere-se aos documentos estritamente pedagógicos, e não são considerados “Documentação Pedagógica” os registros burocráticos realizados em livro de ocorrências e diários de frequência.

Para registrar é necessário observar e, ao observar, o docente precisa escutar as crianças, mas não se trata de ouvir o que elas dizem, é necessário ter “uma atitude receptiva que pressupõe uma mentalidade aberta, uma disponibilidade de interpretar as atitudes e as mensagens lançadas pelos outros e, ao mesmo tempo, a capacidade de recolhê-los e legitimá-los” (ALTIMIR, 2017, p. 58).

Para escutar a criança, o professor precisa estar aberto a ouvir e ser ouvido com todos os sentidos e não apenas com os ouvidos; a escuta tem um importante papel na busca por significados naquilo que as crianças fazem, sentem, falam e expressam. Assim, a “pedagogia da escuta”

Ocorre dentro de um “contexto da escuta”, em que se aprende a ouvir e a narrar, e cada indivíduo sente-se legitimado para representar e oferecer interpretações de suas teorias por meio de ação, emoção, expressão e representação, usando símbolos e imagens (as “cem linguagens”). A compreensão e a consciência são geradas por meio do compartilhamento e do diálogo (RINALDI, 2016, p. 236).

Ainda de acordo com a pesquisadora a escuta torna a criança visível e torna visível o que ela faz, além de auxiliar na compreensão da elaboração de ideias e das "teorias" que a criança desenvolve, sendo elas muitas vezes relacionadas ao mundo, à socialização, à natureza, à própria alimentação e principalmente em relação às suas brincadeiras. Tais teorias dizem respeito às relações que estabelecem com outras crianças, com seus professores e suas famílias, com o espaço que habitam e sobre os materiais que utilizam. As crianças elaboram teorias sobre tudo o que está a seu redor, sobre as experiências que lhes são proporcionadas e na escola, sobre os temas que são abordados nas atividades que lhes são dirigidas.

Ao realizar a escuta da criança o professor estará olhando-a “com uma ‘lente de aumento’, a qual nos aproxima de suas vozes, ações, reações, manifestações e relações” (MARTINS FILHO; BARBOSA, 2010, p. 11), possibilitando que o professor a conheça, e às suas necessidades, bem como acompanhe seu desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, utilizando tais registros como instrumentos para a avaliação é possível que o professor lhes proporcione experiências significativas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse movimento de observar escutando o que as crianças nos dizem, visando o posterior registro de práticas e experiências, o professor que documenta realiza uma atividade subjetiva, visto que depende do seu ponto de vista, do que espera, do que elege como foco, enfim, não há neutralidade no ato de observar. Rinaldi (2016) explica que observação, documentação e interpretação são atitudes que se relacionam e se entrelaçam e que nenhuma destas ações pode ser separada das outras. Dentre os tipos de registros que abrem caminho para o processo de documentar, as notas, gravações de áudio e filmagens, fotografias, desenhos, legendas e diários de campo se destacam em razão de sua facilidade em tornar possível a rememoração de um dado acontecimento. Salienta-se que estes registros se

configuram como fragmentos de uma memória que se apresentam imbuídos de subjetividade daquele que documenta.

Não obstante a documentação envolva a subjetividade do docente no ato de observar e registrar, é importante que o professor esteja preocupado em captar os processos de desenvolvimento das crianças, suas descobertas, conquistas, interações, cultura e ação, tornando os processos de aprender e ensinar visíveis para que ela possa ser lembrada, revisitada, reconstruída e reinterpretada como base para a tomada de decisões. Segundo Fyfe (2016, p. 273), “a documentação aprofundada pode revelar os caminhos que os alunos estão percorrendo para aprender e os processos que estão desenvolvendo em busca do significado”.

Tão importante quanto a observação e o registro é a reflexão. É necessário que o professor se distancie da realidade cotidiana, permitindo-se tempo para refletir sobre o que faz e como faz, sobre como as crianças respondem às propostas e experiências proporcionadas a elas, entretanto, para que a mesma ocorra é necessário que no horário de trabalho do professor haja uma previsão para que tal atividade seja componente do cotidiano das instituições.

Como exemplo de uma potente prática de registro e também de Documentação Pedagógica se encontra a brasileira da então professora pré-escolar Madalena Freire, em sua obra “A paixão de conhecer o mundo” (FREIRE, 2003), que foi dividida em três partes: a primeira contém um apanhado de registros do desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas, dos diálogos entre as crianças, entre elas e outros adultos, e, as reflexões da professora acerca das próprias práticas e das aprendizagens das crianças. A segunda parte do livro traz o registro das produções escritas das crianças que tiveram a professora como escriba, e a terceira parte, por sua vez, apresenta várias atividades preparadas pela professora e realizadas pelas crianças. Esta obra, além de retratar com precisão a prática de registro e também de Documentação Pedagógica, faz jus ao contexto brasileiro de educação de crianças pequenas, com suas nuances e impasses, limitações e possibilidades no que diz respeito a envolver as crianças em todo o processo de ensino e aprendizagem. Freire (2003) é um marco nas produções brasileiras quando se trabalha sobre o tema do registro e da documentação pedagógica.

Apesar das diretrizes evidenciadas acima de como realizar a Documentação Pedagógica, não há uma forma única, correta ou errada de se documentar, assim como não há receitas, pois, a forma de registrar e de interligar o que se registrou é particular de cada professor<sup>4</sup>, e este deve considerar para quem a documentação se destina. Questionamentos como a quem e o que queremos comunicar devem guiar o processo de documentação, assim, se o objetivo é a comunicação com as famílias, deve-se levar em consideração o perfil das mesmas no momento de escolher a forma e os instrumentos

---

<sup>4</sup> Há que se evidenciar que o registro em sua forma é singular de cada docente, mas, o que registrar, para quem registrar e os objetivos do registro não são opções individuais, mas definidos pelo Projeto Político Pedagógico.

para documentar. Por exemplo, é possível que o professor juntamente com as crianças, construa painéis com a utilização de figuras grandes com pequenas frases ou um número maior de fotos e imagens com pequenos textos explicativos, a depender do tempo que as famílias dispõem para com essa documentação a ser disposta nas paredes ou painel próprio da instituição. Porém, se a Documentação Pedagógica se destina à reflexão dos professores, deve-se detalhar as metodologias com utilização de observações escritas de como ocorreram as atividades, de que forma foram propostas, etc. fornecendo o maior número de informações acerca da metodologia para que se possa ter material suficiente para a reflexão.

Nesse contexto, há ainda que se considerar a temática da idealização da criança e a forma como essa idealização interfere na avaliação. A concepção de infância, pautada num modelo ideal de criança, é uma construção histórica e cultural que varia de acordo com as mudanças e transformações pelas quais a sociedade passa. Contemporaneamente, a compreensão da infância rumo ao encontro de um entendimento geral desta como um momento peculiar da vida, consagrado ao lúdico e às brincadeiras, aos sonhos e devaneios, isento, portanto, de preocupações e obrigações, remetendo-nos a uma ideia de inocência, felicidade, ludicidade.

É preciso considerar que as crianças já possuem uma história, que são potentes e criativas e que precisam ser reconhecidas nos relacionamentos que mantêm e nas culturas que produzem. Cada criança tem suas especificidades, cada qual com uma história de vida, que para além de todas as possibilidades de desenvolvimento futuro, já possuem uma história proveniente do contexto social, econômico e cultural de que fazem parte, com suas diferentes vivências e experiências, nos remetendo, portanto, à ideia de "infâncias". Infâncias, por sua vez, compreende os devires infantis. Ainda que possua a possibilidade do futuro, o devir compreende o presente, aquilo que a criança já é em toda a sua capacidade criativa, imaginativa, intempestiva. Contrariando a ideia do vir-a-ser, no qual visualiza-se o adulto que a criança deve se tornar, o devir contempla as experiências do presente e a experimentação que abre caminhos. Neste sentido, a infância é experiência social e o devir é o processo no qual se encontram dois sujeitos. Aqui, compreende-se um "Devir entendido como movimento, processualidade, trajetões, forças intensivas. Não se trata de identificação entre as partes ou redução, menos ainda da transformação de uma na outra" (ABRAMOWICZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009, p. 191).

Esta idealização da criança pode interferir negativamente na avaliação, pois, se todas as crianças seguem um padrão de desenvolvimento e aprendizagem, a avaliação tradicional seria suficientemente adequada para averiguar aprendizagens adquiridas, padrões de comportamento e conhecimentos pertinentes à cada faixa etária de crianças. Este direcionamento avaliativo não dialoga com o proposto por Hoffmann (2012).

Frente às especificidades da Educação Infantil, acreditamos que as diretrizes e orientações presentes nos documentos legais e normativos desta etapa educacional, no que se refere à avaliação devem ser mantidos; contudo, é necessário que além de sua manutenção, haja a sua operacionalização, ou seja, os mesmos precisam ser compreendidos e praticados pelas docentes que atuam nesta etapa educacional.

Marques (2015) menciona a necessidade de que a Documentação Pedagógica não pode ser só uma obrigação mantida nas agendas institucionais e na prática dos professores e professoras da Educação Infantil. A Documentação Pedagógica é mais do que uma mera burocracia instituída pelos documentos legais desta etapa da Educação Básica.

Ao refletirmos acerca da Documentação Pedagógica, abarcando sua importância, seu sentido e seu significado diário na vida de coletivos de crianças e professores é que se garante seu efetivo e positivo desdobramento: a realização diária desta prática ultrapassando os limites de suas técnicas e de suas ferramentas. A formação continuada e em serviço é fundamental para que as docentes se apropriem das orientações e das concepções que são inerentes a ela.

### **Reflexões que flexionam o olhar**

Recentemente, fora finalizado um curso de formação de professoras(res) da Educação Infantil realizado em parceria com um Centro de Formação dos Profissionais da Educação<sup>5</sup> de uma cidade do interior paulista. O referido curso propôs o desenvolvimento de dinâmicas, estudos e atividades tendo como recurso e próprio fundamento a Documentação Pedagógica.

Neste, foram envidados esforços para apresentar às docentes participantes do curso propostas de observação, registro, reflexão e documentação que envolvessem a questão da escuta, do respeito, do olhar para a criança no entendimento de suas múltiplas linguagens, assim como na elaboração de um contexto formativo que buscou contemplar o interesse das professoras(res) participantes, a proposta da própria atividade de extensão e o câmbio entre a teoria e a prática.

Segundo Gandini (2016, p. 64), a formação de professores por meio da Documentação Pedagógica “é aquela que promove a transformação das experiências em pensamentos, dos pensamentos em reflexões, das reflexões em novos pensamentos em novas ações”. Nesse sentido, neste curso também foi fomentada a reflexão sobre a Documentação Pedagógica, enquanto

---

<sup>5</sup> O Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CeFPE), é uma “instituição” municipal, tendo sido criado em novembro de 2017 como ação de uma política educacional, respaldada pelo Plano de Ações Articuladas (PAR), que aspira a formação continuada de diversos profissionais da educação, dentre eles: agente educacional, auxiliar administrativo, assessor de direção, assessor pedagógico, apoio docente, auxiliar geral, diretor de escola, professores, servente de merendeira, supervisor de unidade. As formações são ofertadas em parceria com outros profissionais da própria rede de ensino, secretarias da prefeitura municipal e instituições de ensino superior.

instrumento de avaliação do processo de aprendizagem infantil, e a reflexão acerca da prática pedagógica e do planejamento como possibilidade para o processo de formação em serviço, bem como para o desenvolvimento profissional.

Neste curso, deparamo-nos com os limites e as inúmeras possibilidades da Documentação Pedagógica no contexto da Educação Infantil, destacando-se entre eles: a necessidade de tempo reservado para estudo e preparação de materiais no cotidiano das instituições de Educação Infantil; a Organização dos registros realizados em razão de seus tipos, dentre eles as fotografias, os desenhos das crianças, as filmagens e os diários descritivos; a possibilidade de realizar registros e produzir Documentação Pedagógica juntamente com as crianças, contando com seus olhares para a interpretação e compreensão das experiências diárias; a participação das famílias no contexto da Educação Infantil em razão da devolutiva ofertada por meio da Documentação Pedagógica; a necessidade de formação em contexto abrangendo o tema da Documentação e a prática de registros, e por fim, a necessidade aparente de diferenciar a prática de registrar da concepção de documentar. Formadoras, professoras e estudantes, juntas, fizeram valer o compreendido teoricamente com o vivenciado na prática real, dos reais.

Afirma-se a Documentação Pedagógica como uma prática do (im)possível. Esse jogo de palavras nos permite brincar com a possibilidade de descobrir nela, na Documentação Pedagógica, aquilo que é necessário a cada contexto de trabalho em específico, na observância dos grupos de crianças em suas singularidades, nas dinâmicas e nas relações estabelecidas entre adultos e crianças na medida em que cada unidade de trabalho, cada contexto de escuta e cada instituição de Educação Infantil se demonstra efetivo para contemplar os pressupostos do registro e da avaliação segundo uma concepção de escuta atenta e respeitosa.

Com esse jogo de palavras que considera a Documentação ato (im)possível, se percebe a possibilidade de mudança, de alteração de práticas que se enraízam em pedagogias tradicionais e tantas vezes destrutivas do ponto de vista da potencialidade das crianças e da pluralidade das infâncias. Dá-se ênfase à transformação dessas práticas que há muito não condizem com as infâncias, que deixam de lado o respeito e a empatia e são absorvidas pelas crianças com os valores do autoritarismo, da verticalidade e negação de seus direitos.

Nas práticas e pesquisas sob a temática abordada neste artigo, temos observado recentes tentativas de colocar luz à prática da Documentação Pedagógica em seu sentido avaliativo, considerando, por exemplo, a visibilidade à voz das crianças, escutando-as e interpretando suas vozes para ter subsídios para planejar.

Nas brincadeiras e nas interações das crianças entre si e também com os adultos, os professores têm conseguido enxergar diretivas para a sua própria ação. Esses momentos são

observados individualmente e também em grupo, com foco no modo como as crianças, se expressam, como se relacionam, como se comunicam, como se movimentam, como exploram os diferentes ambientes da unidade escolar, a forma como exploram e experimentam o espaço e os materiais disponibilizados a elas, etc. Todos esses elementos são captados e recebem tratamento em breves anotações de falas, acontecimentos, fatos que chamam a atenção no cotidiano, ao final de uma semana ou mesmo de um mês. Os horários de trabalho pedagógico individuais também têm sido utilizados como momentos para escrita individual dos professores sobre os fatos marcantes do dia a dia das crianças e mesmo de suas jornadas.

Além das breves anotações já citadas, os professores e pesquisadores deste tema têm indicado a elaboração de relatórios coletivos das turmas, em registros que não somente sinalizam o grupal, mas também as individualidades, o modo como cada criança interage com a turma de que faz parte. Devido às jornadas de trabalho - reflexos da própria estrutura da Educação Básica brasileira - os professores de Educação Infantil dispõem de pouco tempo para este tipo de atividade de registro. O curso realizado também permitiu observar, por exemplo que, apesar dos impasses - materiais, infra estruturais e formativos - estes profissionais têm se preocupado com a questão do registro e da documentação pedagógica e se esforçado para realizá-los ainda que de maneira solitária.

A prática de fotografar as crianças em suas situações corriqueiras, em suas brincadeiras e momentos de interação também se apresenta como recurso positivo para o trabalho com registros na Educação Infantil. Sobre este aspecto, salienta-se a necessidade de fotografar ações, interações e brincadeiras, sem foco em atitudes que delimitam os comportamentos ou habilidades das crianças.

No decorrer das brincadeiras e interações, os professores têm se interessado em fotografar e produzir pequenos vídeos, que posteriormente organizam em pastas digitais. Tais arquivos são utilizados tanto para apresentação às famílias, quanto para propor atividades com as próprias crianças, em momentos nos quais o docente solicita a interpretação das crianças para refletir sobre as situações fotografadas.

As fotografias e vídeo filmagens podem ser organizadas de acordo com os interesses dos próprios docentes e das próprias instituições com referência, por exemplo, às linguagens e às expressões das crianças, sejam elas, orais, escritas, artísticas, corporais etc.

### **Algumas conclusões**

A Documentação Pedagógica é um dos inúmeros desdobramentos da ação de registrar práticas cotidianas na Educação Infantil. Professores cotidianamente registram suas experiências com as crianças por meio de fotos, filmagens e até mesmo pequenos diários de campo. A tentativa que a Documentação Pedagógica proporciona é a do movimento de olhar para tais registros como quem

busca desvendar o cotidiano de crianças e professores, revelando suas experiências, abarcando suas descobertas, trilhando os caminhos pelos quais esses agentes educacionais percorrem na busca pelo conhecimento, na troca entre pares, na interação com objetos construídos com e para a vivência da infância. As crianças descobrem o mundo por meio de suas brincadeiras, nas relações que estabelecem com outras crianças e também com os adultos, sejam estes professores e demais membros da equipe escolar e com seus familiares.

Ao tocar o tema da avaliação, a Documentação Pedagógica possibilita a quebra com o paradigma de que é avaliação somente se realizada com base em números, em padrões de reconhecimento de habilidades, em critérios que comparam ou delimitam o que crianças sabem ou deixaram de saber. A Documentação Pedagógica, ao tocar o tema da avaliação na educação infantil, também permite a retomada dos caminhos pelos quais a criança vivenciou, descobriu e experimentou o mundo, assim como aprendeu por meio da troca e da construção do próprio conhecimento, deixando de lado práticas que as fragmentam ou secundarizam, mas por outro lado, alimentando intenções e práticas que visam fomentar o olhar global, assim como o olhar para as diferenças.

Avaliações do tipo prescritivas, baseadas em parâmetros do campo psicológico e do desenvolvimento por muito tempo limitaram as crianças às fases do desenvolvimento, envolvendo, de forma fragmentada, a escuta, o andar, o toque, a brincadeira, a capacidade de produzir som e música etc. Avaliações do tipo prescritivas, baseadas em parâmetros, sinalizações, registros sintéticos e relatórios universais, boicotaram a potencialidade da infância e reduziram as crianças à meros objetos do conhecimento do adulto.

Nesta medida, a Documentação Pedagógica, ao olhar e enxergar nas crianças sujeitos de conhecimento e de direito, construtores de cultura e agentes de transformação social, reconstrói o caminho constitutivo da avaliação e lhe apresenta novas conjunturas: a da escolha, a da pertinência, a da diferença.

As crianças são diferentes, são portadoras da diferença. São diferentes dos adultos e são diferentes entre si. Elas possuem outras e tantas formas de descobrir, de aprender, de imitar, de construir, de acertar. Mais do que apresentar caminhos e possibilidades para outras formas de registrar e avaliar a ação das crianças na Educação Infantil, este artigo buscou contemplar a temática do respeito a infância.

A chave analítica que aqui foi introduzida diz respeito a compreender a infância pelos olhos da potencialidade, pois, criança é potencialidade. É espacialidade. É culturalidade. É transcendentalidade. Criança é conceito, mas é prática viva que infere e interfere diretamente no modo como nós, adultos, nos compreendemos. São diferentes por estarem inseridas numa outra lógica de compreensão, de

raciocínio e de relação com o tempo, mas igualmente portadoras de direitos e deveres, dos quais, destacamos o direito à infância.

Assim, quando tocamos no tema tempo, se percebe ser esta a chave de compreensão sobre o que é a avaliação na Educação Infantil, precedendo, ainda, a questão da observação. Existem duas formas de observação: a observação do momento e a observação posterior ao momento. A observação do momento é sempre rápida e muitas vezes não capta os detalhes do acontecimento, e a observação posterior ao momento (esta que se dá por meio dos registros) tem muito a favorecer o trabalho do professor, uma vez que terá a possibilidade de ver e ouvir aquilo que no momento passou despercebido.

Diferentemente das escolas de Ensino Fundamental, cuja organização pauta-se em currículos, estratégias e tempos bem definidos, assim como em conhecimentos que devem ser apreendidos por cada aluno num determinado tempo e espaço, tempos estes que se organizam em séries e espaços de sala de aula que pouco ou nada valorizam as formas de expressão de cada criança, a Educação Infantil está aberta ao tempo da própria criança. Os currículos uniformes do Ensino Fundamental, que abarcam todas as instituições como se fossem únicas e universais, na Educação Infantil são trocados por Diretrizes que permitem a orientação e a organização de cada instituição de Educação Infantil a partir de suas próprias singularidades, a partir de seus próprios recursos e finalidades.

Que nós, professores, educadores e pesquisadores da infância sempre tenhamos tempo e outros tempos de ver na criança aquilo que ela realmente é, podendo proporcionar, ao passo disso, o que ela realmente precisa. Como já dizia a antiga parlenda: “*O tempo perguntou pro tempo, quanto tempo o tempo tem. O tempo respondeu pro tempo, que o tempo tem o tempo que o tempo tem*”.

## Referências

ABRAMOWICZ, A.; LEVCOVITZ, D.; RODRIGUES, T. C. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 179-197, 2009.

ALTIMIR, D. Escutar para documentar. In: MELLO, S. A.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (orgs.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Secretaria da Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 18 dez. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2009). **Parecer CNE/CEB nº 20**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12745&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12745&Itemid=866)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DAVOLI, M. Documentar processos, recolher sinais. In: MELLO, S. A.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. (orgs.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Vol. I. Porto Alegre: Penso, 2016.

FREIRE, M. **A Paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, 16<sup>o</sup> ed.

FYFE, B. A relação entre documentação e avaliação. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação**. Vol. 2. Porto Alegre: Penso, 2016.

GANDINI, L. Participação dos pais na governança das escolas: uma entrevista com Sergio Spaggiari. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação**. Porto Alegre: Penso, 2016.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 22. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 16. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

KRAMER, S. Avaliação na educação infantil: no avesso da costura, pontos a contar, refletir e agir. **Interacções**, v. 10, n. 32, p. 05-26, 2015 (Número Especial). Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6345>> Acesso em 20 jun 2020.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. Cortez Editora: São Paulo, 2002.

MALAGUZZI, L. **As cem linguagens da criança: A experiência da Reggio Emilia em transformação**. Vol. I. Porto Alegre: Penso, 2016.

MALAGUZZI, L. História, Ideias e Filosofia Básica. In: **As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 59-104.

MARQUES, A. C. T. L. A documentação pedagógica no cotidiano da Educação Infantil: estudo de caso em pré-escolas públicas. In: Anais da 37<sup>a</sup> REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015, Florianópolis. Florianópolis, 2015. p. 01-18. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/trabalhos/>> Acesso em 20 jun 2020.

MARQUES, A. C. T. L.; ALMEIDA, M. I. A documentação pedagógica na Educação Infantil: traçando caminhos, construindo possibilidades. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 413-428, 2011.

MARTINS FILHO, A. J.; BARBOSA, m. C. S. Metodologias de Pesquisas com crianças. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n. 2, p.08-28, jul./dez. 2010

MELLO, S. A.; BARBOSA; M. C. S.; FARIA, A. L. G. de (Org.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

OSTETTO, L. E. Observação, registro, documentação: nomear e significar as experiências In: \_\_\_\_\_. **Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

RINALDI, C. A pedagogia da escuta: a perspectiva da escuta em Reggio Emilia. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação**. Vol. 2. Porto Alegre: Penso, 2016.

TOGNETTI, G. A documentação como uma ferramenta para dar valor ao relacionamento entre as crianças nas experiências cotidianas compartilhadas na escola da infância. In: MELLO, S. A.; BARBOSA; M. C. S.; FARIA, A. L. G. de (Orgs.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

Recebido em: 30 de junho de 2020.

Versão corrigida recebida em: 05 de novembro de 2020.

Aceito em: 03 de dezembro de 2020.

Publicado online em: 19 de março de 2021.

